



CARTA COMPROMISSO CANDIDATOS A PREFEITO DE CAXIAS DO SUL 2024

O Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul – SINDISERV – tem em sua base mais de 6,5 mil servidores(as) associados(as) .

Apresentamos a seguir, para vossa análise, uma pauta de reivindicações no sentido de garantir os direitos dos servidores e condições de trabalho, o que certamente resultará em melhor atendimento às demandas da comunidade.

Negociação coletiva e direitos dos servidores

1. Manter os direitos previstos no Estatuto dos Servidores e legislação municipal.

sim não

2. Encaminhar para a Câmara de Vereadores projeto de lei instituindo a negociação coletiva, estabelecendo data base e o repasse da inflação trimestral.

sim não

Ressalvas:

3. Encaminhar para a Câmara de Vereadores proposta que acabe com as distorções da Lei Complementar 409/2012 e suas correlatas nas Autarquias (Lei 499/2012, no SAMAE) e Fundação de Assistência Social (Lei 462/2012).

sim não

Ressalvas: Corrigir no conjunto do Plano de Carreira.

4. Implantar o plano de carreira em conjunto com os servidores.

sim não

Ressalvas: Formar uma Comissão Paritária com servidores das diferentes Secretarias afetas, Sindiserv, Faps, Autarquias, AGM e Câmara.

5. Respeitar a entidade sindical e não ter condutas antissindicais.

sim não

Ressalvas: Sempre com conversas para discutir as questões.

6. Ser contrário(a) a retirada de direitos dos servidores pela reforma administrativa federal ou municipal
 sim não

Ressalvas: Dentro da discricionariiedade inerente ao cargo de Prefeito Municipal e dos limites da legislação federal.

7. Reconhecer o período de 26/05/2020 a 31/12/2021 para fins de aquisição de vantagens (congelamento).
 sim não

Ressalvas: Sim, Se houver maneira de descongelar além da aprovação do PL no congresso. Caso contrário, aguardaremos a aprovação do PL no congresso.

8. Ampliar a carga horária de 20 horas para 30 horas nos cargos criados pela LC 409/2012, em que haja necessidade do serviço com a correspondente remuneração.
 sim não

Ressalvas: Matéria a ser discutida pela Comissão a ser criada para elaboração do Plano de Carreira.

- sim não

Ressalvas:

9. Pagamento de todas as licenças-prêmio compensadas.
 sim não

Ressalvas: Mediante critérios e quantidade mensal de acordo com as possibilidades financeiras do Município nos moldes de como acontecia nos Governos Sartori.

10. Equiparar o pagamento do auxílio-alimentação no mesmo valor diário pago pela Câmara de Vereadores. Ampliar o auxílio-alimentação de 22 para 26 dias.
 sim não

Ressalvas: Equiparar á Câmara de Vereadores mas manter o pagamento pelos dias úteis do mês.

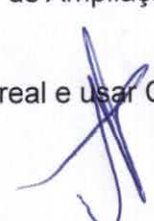
Serviços públicos de qualidade:

1. Fim das terceirizações, PPPs e das gestões compartilhadas no serviço público.
 sim não

Ressalvas:

2. Nomear profissionais concursados para todas as áreas que apresentam falta de servidores. Limitar as CAJs (Convocação de Ampliação de Jornada) ao previsto na lei.
 sim não

Ressalvas: Educação nomear para vaga real e usar CAJs para substituir licença.



3. Inclusão de todas as crianças de 4 a 6 anos na Rede Municipal da Educação e atendidos por profissionais concursados.
 sim não

Ressalvas: Exceto para compra de vagas.

4. Aquisição de sistema informatizado para a educação, saúde, assistência, a fim de facilitar e agilizar a realização do trabalho, garantindo acessibilidade aos PCDs.
 sim não

Ressalvas:

5. Melhorar as condições de trabalho: infraestrutura adequada, fornecimento de EPIs, uniformes, ergometria, equipamentos adaptados para servidores PCDs, reformas das instalações, mobiliário, locais adequados, veículos, materiais e manutenção dos equipamentos.
 sim não

Ressalvas: Atuar em conjunto com as SRHL e SESMT.

6. Implementar a Lei Federal n.º 13022/2014, dos guardas municipais, integralmente.
 sim não

Ressalvas: A Comissão Paritária do Plano de Carreira estudará a viabilidade legal e financeira de acordo com as finalidades da Guarda.

7. Pagar o incentivo as equipes de saúde, conforme portaria do Ministério da Saúde.
 sim não

Ressalvas: A Comissão Paritária do Plano de Carreira estudará a viabilidade legal ou através dos repasses do Ministério da Saúde para esse fim.

8. Cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação.
 sim não

Ressalvas: A Comissão Paritária do Plano de Carreira estudará a viabilidade legal.

9. Criar cargos efetivos para cuidadoria educacional e professores de educação infantil.
 sim não

Ressalvas:

10. Melhorar estruturas e construir novas UBS.
 sim não

Ressalvas:

11. Rever estrutura ou troca de local do CES e casas de acolhimento.
 sim não

Ressalvas:

12. Ampliar e fortalecer as equipes completas da ESF (Estratégia de Saúde da Família), bem como os Cras, Cres e conselho tutelar levando em conta o crescimento populacional e as políticas de atenção básica.
(x) sim () não

Ressalvas: De acordo com a disponibilidade financeira/orçamentária.

13. Ampliar o serviço de saúde mental no Município.
(x) sim () não

Ressalvas:

14. Construir escolas onde existe falta de vagas.
(x) sim () não

Ressalvas: De acordo com a disponibilidade financeira/orçamentária.

FAPS e IPAM SAÚDE

1. Revogação da Reforma da Previdência.
() sim () não

Ressalvas:

2. Diminuir a idade mínima para aposentadoria das mulheres de 62 para 60 anos.
() sim () não

Ressalvas: As questões envolvendo a Previdência serão discutidas com o FAPS conforme Legislação Federal.

3. Isentar de cobrança de FAPS aos aposentados com proventos até o teto do RGPS.
() sim () não

Ressalvas: As questões envolvendo a Previdência serão discutidas com o FAPS conforme Legislação Federal.

4. Incluir as atividades com direito a periculosidade e risco de vida para aposentadoria especial.
() sim () não

Ressalvas: As questões envolvendo a Previdência serão discutidas com o FAPS conforme Legislação Federal.

5. Reduzir para 55 anos a idade mínima para aposentadoria das servidoras mulheres que ingressaram até o ano de 2003.
() sim () não

Ressalvas: As questões envolvendo a Previdência serão discutidas com o FAPS conforme Legislação Federal.

6. Aposentadoria especial para os servidores da Guarda Municipal.

sim não

Ressalvas: As questões envolvendo a Previdência serão discutidas com o FAPS conforme Legislação Federal.

7. Na aposentadoria especial do servidor cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes: reduzir para 55 anos de idade mínima para servidoras mulheres.

sim não

Ressalvas: As questões envolvendo a Previdência serão discutidas com o FAPS conforme Legislação Federal.

8. O Conselho Deliberativo do FAPS deve ser deliberativo.

sim não

Ressalvas:

9. Criar o fundo garantidor a fim de dar equilíbrio atuarial ao FAPS.

sim não

Ressalvas: Nos primeiros atos de governo.

10. Manter a possibilidade de requerimento de aposentadoria voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo, conforme o artigo 23 da Lei 241/2005.


sim não

Ressalvas: As questões envolvendo a Previdência serão discutidas com o FAPS conforme Legislação Federal.

11. IPAM Saúde: Melhorar o atendimento dos serviços de saúde e desenvolver uma política permanente de saúde preventiva para o servidor e servidora, com a volta dos grupos de convivência, prevenção e reflexão sobre os diversos temas relacionados a saúde física e mental dos servidores.

sim não

Ressalvas: Formar Convênio para atendimentos em Porto Alegre, Capão da Canoa, Torres e demais cidades onde houver demanda.

12. Escolha do presidente do IPAM, através de uma lista triplíce, indicada pela categoria.
- 

() sim (x) não

Ressalvas:

13. Para os empregados públicos (ACS e ACE): Conceder Licença para acompanhamento de dependentes em questões de saúde.

() sim () não

Ressalvas: CLT não prevê licença para acompanhamento de pessoas da família.

Considerações finais (máximo de 5 linhas)

A assinatura desta Carta contempla as ressalvas já destacadas. No entanto, a Administração permanecerá sempre aberta ao diálogo com a categoria e o Sindiserv, independentemente do tema em questão.



Assinatura

Caxias do Sul, 17 de agosto de 2024.

